

Superior Tribunal de Justiça

PET na AÇÃO PENAL Nº 382 - RR (2004/0117728-3) (f)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
REVISOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
REQUERENTE : J P
REQUERIDO : M R DE H F
ADVOGADOS : EID BADR - AM002524
BRUNO RODRIGUES E OUTRO(S) - DF002042A
ARINILSON GONÇALVES MARIANO - GO018478
CLÁUDIO JORGE DE OLIVEIRA FIGUEIROA - RR000267
MICHEL SALIBA OLIVEIRA - DF024694
THALLES MESSIAS DE ANDRADE - DF021343
CARLOS EDUARDO MURICY MONTALVÃO - GO024294
ADVOGADOS : GABRIELA GUIMARAES PEIXOTO - DF030789
MARCUS CEZAR GORBACHEV CRUZEIRO DE HOLLANDA
- RR000590
JOE DA CRUZ BARBOSA - DF035682
CAIO CÉSAR NASCIMENTO NOGUEIRA - DF032165
REQUERIDO : N R C
ADVOGADOS : FREDERICO SILVA LEITE - RR000514
MARCELO BRUNO GENTIL CAMPOS - RR000333A
REQUERIDO : D DA S B
ADVOGADO : LUCIANA CRISTINA BRIGLIA FERREIRA E OUTRO(S) -
DF014573
ADVOGADOS : GISELLE DORNELES DE OLIVEIRA TORRES AVELAR -
DF013955
RAFAEL DE ALMEIDA PIMENTA PEREIRA - PR046859
CELSO GARLA FILHO - RR000363A
MARCELA MEDEIROS QUEIROZ FRANCO SANTOS -
RR000433N
NATÁLIA OLIVEIRA CARVALHO DE FREITAS CORREIA -
RR000336B
RUHAN ENDRYO DE MORAES RIBEIRO - RR001252
PEDRO HENRIQUE DE ARAUJO CARDIAS - RR001207
ALESSANDRA MARA FIM OLIVEIRA - RR001370
NATHAMY VIEIRA SANTOS - RR001606
EMA PALOMA ALBUQUERQUE SEABRA - RR001173
REQUERIDO : V S DE S
ADVOGADOS : ADALGIZA RADYKA SIMÃO DE QUEIROZ E OUTRO -
RR000370
BRUNA PRAIA ARAUJO DE CARVALHO - RR001276
LEONILDO DA FONSECA FARIAS - RR001507N

EMENTA

PENAL. PROCESSUAL PENAL. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. TRÂNSITO EM JULGADO DO ACÓRDÃO PENAL CONDENATÓRIO. INÍCIO DA EXECUÇÃO PENAL. PRISÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 117 DA LEI N. 7210/84. PRECEDENTES.

PEDIDO DEFERIDO.

DECISÃO

O Ministério Público Federal pediu seja determinado o início da execução das penas cominadas na ação penal em epígrafe aos réus Marcus Rafael de Hollanda Farias e Vânia Silva de Siqueira. Aduz que o caso em concreto "caracteriza situação de condenação penal colegiada mantida após o julgamento de embargos de declaração, circunstância que autoriza a clausura, nos termos da jurisprudência de ambas as Turmas que compõem a 3ª Seção e da Corte Especial desse Superior Tribunal de Justiça" (fl. 2924).

Requer, assim, seja determinada a expedição de cartas de sentença e de mandados de prisão em desfavor dos réus, com remessa de cópia dos autos à primeira instância para fins de início da execução das penas cominadas.

Por sua vez, o réu Marcus Rafael de Hollanda Farias pediu a concessão de prisão domiciliar. Argumenta que, além de estar com mais de 70 (setenta) anos, possui enfermidades mentais graves, necessitando de acompanhamento médico constante que não pode ser prestado nas penitenciárias do estado de Roraima. Argumenta, ainda, que é viúvo e que possui filho portador de síndrome de down, que é dependente de seus cuidados.

É o relatório. Decido.

Conforme certificado pela Corte Especial, houve o trânsito em julgado do acórdão penal condenatório em relação ao réu com prerrogativa de foro Marcus Rafael de Hollanda Farias, bem como quanto à ré Vânia Silva de Siqueira.

Assim, nos termos do art. 1º da Lei no 7210/84, deve ser dado início à execução das penas restritivas de liberdade e demais cominações contidas no acórdão prolatado por esta Corte Especial, quais sejam:

Ante tudo quanto exposto, julgo parcialmente procedente a ação penal sub examine para:

[...]

b) JULGAR PROCEDENTE a denúncia em relação ao réu Marcus Rafael de Hollanda Farias, cominando-lhe e pena definitiva de 11 (onze) anos, 1 (um) mês e 10 (dez) dias e 200 (cento e sessenta) dias-multa, fixada à razão de 1 (um) salário-mínimo vigente à época dos fatos tendo em vista a prática do crime de peculato-desvio.

Nos termos do art. 91, do Código Penal em vigência, a presente condenação tem como efeito "tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime", bem como implica a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

Fica também decretada a perda do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Roraima. Em que pese não se trate de efeito automático da condenação, a decretação de perda do cargo se mostra necessária e razoável na hipótese, tendo em vista a que a conduta praticada demonstra evidente menoscabo à função desempenhada, grave ofensa aos mais mezinhos princípios da Administração Pública, impossibilitando, assim, se cogitar de volta ao exercício da função pública. Fica determinado o afastamento do Conselheiro até o trânsito em julgado do presente acórdão.

Superior Tribunal de Justiça

c) JULGAR PROCEDENTE A AÇÃO PENAL em relação à ré Vânia da Silva Siqueira cominando-lhe a pena de passando para 7 (sete) anos e 1 (um) mês de reclusão e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, estabelecidos à razão unitária de 1/5 (um quinto) do salário-mínimo vigente à época dos fatos.

Passo então à análise do pedido de prisão domiciliar formulado pelo réu Marcus Rafael de Hollanda Farias.

Do pedido de prisão domiciliar

O art. 117 da Lei de Execução Penal dispõe que:

Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:

- I - condenado maior de 70 (setenta) anos;
- II - condenado acometido de doença grave;
- III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;
- IV - condenada gestante.

Ainda que por disposição legal o regime de prisão domiciliar seja aplicável aos apenados em regime aberto, a orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e deste Superior Tribunal de Justiça admitem o cumprimento domiciliar da pena em regime fechado quando as circunstâncias do caso recomendarem a medida.

Senão vejamos:

HABEAS CORPUS – ATO INDIVIDUAL – ADEQUAÇÃO. O habeas corpus é adequado em se tratando de impugnação a ato de colegiado ou individual. PENA – CUMPRIMENTO – PRISÃO DOMICILIAR – EXCEPCIONALIDADE. O cumprimento de pena em regime domiciliar pressupõe situação excepcional enquadrável em previsão legal. (HC 145877, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado em 12/03/2019, DJe 02-05-2019)

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PACIENTE COM IDADE AVANÇADA E ESTADO DE SAÚDE DEBILITADO. UNIFICAÇÃO DAS PENAS. FIXAÇÃO DO REGIME FECHADO. PRISÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA.

1. Conforme consignado no HC n.º 402.488/SP, cuja ordem foi anteriormente concedida por este Superior Tribunal de Justiça, o Paciente possui idade avançada e é portador de moléstia grave, não possuindo o estabelecimento prisional estrutura para os cuidados específicos e continuados de que necessita, o que enseja a concessão da prisão domiciliar como medida humanitária.

2. Esta Corte Superior, interpretando o art. 117 da Lei n.º 7.210/1984, tem entendido pela possibilidade do deferimento da prisão domiciliar aos apenados que se encontrem em regimes semiaberto e fechado, quando as circunstâncias do caso recomendam a concessão da benesse.

3. Ordem concedida para, confirmando a liminar deferida, determinar a transferência do Paciente para a prisão domiciliar.

(HC 462.147/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 30/04/2019)

Superior Tribunal de Justiça

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. PACIENTE EM REGIME FECHADO. PRISÃO DOMICILIAR EM RAZÃO DE DOENÇA GRAVE. PACIENTE SEPTUAGENÁRIO. IDADE AVANÇADA E ESTADO DE SAÚDE DEBILITADO. EXCEPCIONALIDADE. ASSISTÊNCIA E TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL INADEQUADOS. INEFICIÊNCIA DO ESTADO. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. MEDIDA DE CUNHO HUMANITÁRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL VERIFICADO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. O Superior Tribunal de Justiça tem decidido que é possível a concessão de prisão domiciliar ao sentenciado, em cumprimento de pena em regime fechado ou semiaberto, quando comprovada sua debilidade extrema por doença grave e a impossibilidade de recebimento de assistência médica e tratamento médico-hospitalar adequados no estabelecimento prisional.

Precedentes.

3. No caso dos autos, embora recluso no regime fechado, verifica-se que o paciente hoje possui 74 (setenta e quatro) anos de idade e encontra-se em estado de fragilidade orgânica, bem como é portador de diversos problemas graves e crônicos de saúde, devidamente comprovado nos autos e reconhecidos pelas instâncias ordinárias (portador da Síndrome do Manguito Rotador (CID 10 M75.1), Transtorno Depressivo Maior com risco de suicídio (CID 10 F32.2), Hipertensão Arterial sistêmica (CID 10 I 10), Angina Pectoris (CID 10 I20.9), Hipertrofia Ventricular Esquerda (CID 10 I42.2), taquiarritmias (CID 10 L49.4) e Lombociatalgia (CID 10 M54.9), além de reumatismo, em razão da avançada idade). Assim, embora o estabelecimento prisional seja dotado de estrutura para atendimentos emergenciais, as enfermidades relatadas necessitam de cuidados específicos e continuados. Ademais, restou comprovado nos autos que nem sempre a casa prisional possui meios para efetivar a condução do reeducando a clínica ou hospital especializado, nem o Juízo tem condições de apreciar os pedidos de assistência médica no prazo devido.

4. A debilidade da saúde e sua condição de idoso, aliadas a impossibilidade de o Estado viabilizar pronto, adequado e efetivo tratamento médico-hospitalar no estabelecimento penal ao qual o paciente encontra-se recolhido, enseja a concessão da prisão domiciliar como medida de cunho humanitário lastreada no princípio da dignidade da pessoa humana.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de determinar a transferência do paciente para a prisão domiciliar, em virtude do seu debilitado estado de saúde e da sua idade avançada, com a advertência de que a eventual desobediência das condições da custódia domiciliar importará novo encarceramento.

(HC 418.817/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018)

Pois bem.

Superior Tribunal de Justiça

Em relação ao réu Marcus Rafael de Hollanda Farias, restou demonstrado nos autos que está com 70 anos de idade. Ainda, os laudos médicos juntados às fls. 3822/3825 e 3832 dão conta que ele está acometido de doença psiquiátrica grave, com expressa indicação de que "*deve permanecer sob os cuidados de seus familiares ou da equipe médica, para vigilância absoluta, com risco de agravamento severo do quadro e com risco de morte*". Ademais disso, consta na documentação juntada que o réu é viúvo, tendo filho portador de síndrome de down, de quem é responsável pelos cuidados.

Assim, presentes os requisitos previstos no art. 117, I, II e III da Lei de Execução Penal, deve ser determinado o recolhimento do réu em regime domiciliar com monitoramento eletrônico. Deve haver a advertência de que a eventual desobediência das condições da custódia domiciliar importará em encarceramento.

Ante o exposto, exaurida a instância desse Superior Tribunal de Justiça, DEFIRO o pedido do Ministério Público Federal e DETERMINO a imediata expedição de carta de sentença e de mandado de prisão em face de Marcus Rafael de Hollanda Farias e Vânia Silva de Siqueira, bem como a remessa de cópia dos autos originais à Vara de Execução Penal de Boa Vista/RR para fins do início da execução das penas cominadas ao réu, competindo ao referido Juízo a constante fiscalização dos termos acima determinados.

Providências necessárias. Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator